

*Os operários da Lisnave -
do conflito à negociação*



OS OPERÁRIOS DA LISNAVE - DO CONFLITO À NEGOCIAÇÃO (1967-1987)

RESUMO

Durante quase três décadas, os operários dos estaleiros navais da Lisnave, em Lisboa, protagonizaram alguns dos mais importantes conflitos sociais de Portugal. A Lisnave foi, entre 1967 e 1984, a maior concentração operária de Portugal (no pico teve 9.000 trabalhadores efetivos) e um modelo nas relações entre grupos económicos privados e o Estado. Era uma empresa profundamente imbricada no mercado mundial: a história do seu crescimento acompanha o fecho do canal do Suez e o seu desmantelamento dá-se com a deslocalização da indústria naval para os países asiáticos. A Lisnave foi um modelo de organização dos trabalhadores, com um efeito de arrastamento para toda a sociedade. Nela deu-se um dos maiores conflitos da revolução, em que 7.000 operários marcharam nas ruas da capital contra o governo de frente popular. Mas foi também nestes estaleiros que, em plena crise do início dos anos 1980, foi assinado o primeiro acordo de empresa que ajudou a consolidar o Pacto Social em Portugal. Neste artigo, procuraremos historicizar este processo de organização e luta dos trabalhadores da Lisnave, que protagonizaram algumas das mais importantes vitórias e simultaneamente algumas das mais significativas derrotas do movimento operário português das últimas décadas.

PALAVRAS-CHAVE

Operários navais. Lisnave. Conflitos sociais. Pacto social.

Raquel Varela¹

OS OPERÁRIOS DA LISNAVE - DO CONFLITO À NEGOCIAÇÃO (1967-1987)

“**A**ssim mesmo, como entrevi um dia, a chorar de alegria, de esperança precoce e intranquila, o azul dos operários da Lisnave a desfilarem, gritando ódio apenas ao vazio, exército de amor e capacetes, assim mesmo na Praça de Londres o soldado lhes falou: ‘Olá camaradas, somos trabalhadores, eles não conseguiram fazer-nos esquecer, aqui está a minha arma para vos servir.’”

FMI, José Mário Branco, cantor popular português

Durante quase três décadas, os operários dos estaleiros navais da Lisnave protagonizaram alguns dos mais importantes conflitos sociais de Portugal, primeiro durante a ditadura do Estado Novo, depois durante a revolução portuguesa e finalmente durante a crise de 1981-1984. A Lisnave, estaleiro situado na margem esquerda do Tejo, em frente a Lisboa, capital de Portugal, é um modelo a vários níveis, o que torna o seu estudo essencial para a história social portuguesa, mas também para encetar comparações ao nível de estudos globais do trabalho. A empresa foi entre 1967 e 1984 a maior concentração operária de Portugal — no pico teve 9.000 trabalhadores efetivos — e aí tiveram lugar alguns dos mais importantes conflitos sociais do movimento operário português contra a ditadura do Estado Novo; lá se formaram durante a revolução comissões de trabalhadores que chegaram a desafiar o próprio Exército, e aí se testou um modelo de pacto social que iria consolidar a formalização da concertação social em Portugal em 1986. O estudo dos operários da Lisnave é um contributo para aprofundar

¹ Investigadora do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa. raquel_cardeira_varela@yahoo.co.uk

a investigação deste setor do operariado português, ligado à indústria pesada, com uma forte e distinta cultura operária, influenciado ao longo destes anos por diversos grupos políticos, muitas vezes em confronto entre si (grupos políticos maoístas, comunistas, socialistas), marcado por formas de organização laboral distintas entre si e também por vezes conflitantes (sindicatos verticais, sindicatos de indústria independentes do Estado, comissões de trabalhadores).

A Lisnave foi um modelo de organização dos trabalhadores com um efeito de arrastamento para toda a sociedade, quer quando os seus trabalhadores lideraram lutas contra a ditadura até 1974, e depois pelo “poder popular” no biénio revolucionário de 1974-1975, quer quando negociaram o Pacto Social dos anos 1980. Justamente porque o processo de forte industrialização em Portugal se dá no início da década de 1960, os primeiros operários da Lisnave são homens jovens e mantêm-se sensivelmente os mesmos entre 1960 e 1990, o que acrescenta possibilidades de investigação a este estudo, na medida em que poderemos, a partir destes estaleiros, estudar a evolução de um conjunto de trabalhadores, que se mantém *grosso modo* inalterado, em momentos políticos, económicos e sociais muito distintos.

Os estaleiros da Lisnave são um modelo nas relações entre grupos privados e o Estado, porque eram propriedade do maior grupo económico português; são um modelo porque é uma das empresas portuguesas mais imbricadas no mercado mundial e cujo desenvolvimento acompanha também a história da construção naval mundial entre as décadas de 60 e 80 do século XX (a empresa cresce com o fechamento do canal de Suez e entra em declínio quando da deslocalização dos anos 80 para a Coreia do Sul e outros países asiáticos); finalmente a Lisnave é um padrão no processo de desindustrialização negociado entre Portugal e a então Comunidade Económica Europeia (CEE), como condição da adesão do país à CEE, em 1986, sendo um estudo de caso para analisar o impacto da deslocalização e reestruturação das empresas na década de 1980, nas relações laborais.

DOS ESTALEIROS DA ROCHA À LISNAVE (1937-1974)

Em 1937 o grupo CUF (Companhia União Fabril), o mais influente grupo económico do Estado Novo, presidido por

Alfredo da Silva, protegido pela lei do condicionamento industrial², ganhou a concessão do Estaleiro Naval da Administração do Porto de Lisboa, e funda os Estaleiros Navais da Rocha Conde de Óbidos, na margem norte do rio Tejo. O Tejo tem condições excepcionais ao nível mundial para este tipo de indústria naval³: Portugal é um país central nas rotas comerciais mundiais, situado no centro do Atlântico, inserido na Europa. Os estaleiros estavam protegidos pelo grande estuário do rio, que funciona como um grande porto natural. É o maior estuário da Europa Ocidental, com 300 a 350 km², consoante as marés.

Quando os estaleiros são fundados em 1937, a situação do operariado português é muito incerta do ponto de vista das suas organizações: dispersas, pouco coesas, enfraquecidas por lutas fratricidas e pela ofensiva do Estado Novo. A década de 1930 foi uma fase de transição que em Portugal via ficar para trás a influência entre o movimento operário dos anarquistas, que cediam lugar à progressiva hegemonia dos comunistas, os quais se vão reorganizar em 1940-1941, com base na orientação política frentista saída do VII Congresso da Internacional Comunista.⁴ Salazar tinha chegado ao poder em 1932 e o enfraquecimento das organizações de trabalhadores, bem como uma sucessão de derrotas internacionais da vaga revolucionária aberta no rescaldo da crise de 29⁵, conjugavam-se para manter o ditador no poder. A 18 de janeiro de 1934 a tentativa de greve geral insurrecional, com epicentro na Marinha Grande, vila vidreira do centro de

² A Lei do Condicionamento Industrial (1931) limitava a concorrência interna, determinando a autorização prévia, por parte do governo e dos industriais de um determinado setor, para um empresário abrir um negócio nos setores condicionados. Na prática tratava-se de proteger um setor da burguesia interna da concorrência garantindo-lhe o monopólio de determinados setores da economia. Para o desenvolvimento deste tema ver, por exemplo, BRITO, J. M. B. de, *A industrialização portuguesa no pós-guerra. O condicionamento industrial*. Lisboa: Dom Quixote, 1989.

³ SAIOTE, V., SANTO, P. E. A construção naval no Grupo CUF. Do Barreiro aos Estaleiros da Rocha. In: FARIA, M. F. de, *Lisnave. contributos para a história da indústria naval em Portugal*, Lisboa: Edições Inapa, 2001, 25p.

⁴ SENA JUNIOR, C. Z. Frentes Populares, *Revista História*, Número especial, 2007, p. 54-61.

⁵ HARMAN, C. *A People's History of the World*. London-Sydney: Bookmarks, 2002.

Portugal, é arrasada e brutalmente reprimida — os seus líderes estarão entre os primeiros presos do Campo de Concentração do Tarrafal, construído no arquipélago africano de Cabo Verde, aberto em 1936. Na mesma época, aliás, o movimento operário europeu sofrerá derrotas semelhantes: na guerra civil austríaca de fevereiro de 1934, na insurreição asturiana e basca do Outono de 1932. Por sua vez, as vitórias das tropas nacionalistas na guerra civil espanhola (1936-39) ajudam ao reforço da consolidação do regime autoritário em Portugal. Os Estaleiros da Rocha viverão assim um período de relativa paz social até à II Guerra Mundial, sobretudo até 1943, quando a derrota alemã na batalha de Stalingrado devolve a iniciativa à resistência antifascista.

A Lisnave prospera durante a guerra, tornando-se o principal estaleiro reparador da frota portuguesa, mas terá que enfrentar, pela primeira vez desde o seu nascimento, um movimento grevista, cujo despoletar em 1943 coincide com a exasperação popular contra o alto preço dos alimentos, racionados desde o início da guerra. A indignação dos trabalhadores começa nesta altura a lançar-se também contra as leis corporativas do regime, anti-sindicais, inspiradas na *Carta del Lavoro*, de Benito Mussolini. No verão de 1943 eclode em Lisboa uma onda de greves, que ao todo englobará cerca de 50 mil operários, que vão encerrar dezenas de fábricas nas duas margem do Tejo. Nas cidades, manifestações de operários e das suas famílias multiplicam-se. De acordo com João Madeira, a repressão é brutal e generalizada e muitas fábricas são militarizadas. É neste cenário que, a partir das seções de Fundição e Caldeiraria dos Estaleiros da Rocha, “surge uma greve de braços caídos, com permanência no local de trabalho. 1.625 operários apresentam-se no estaleiro, e desses, 851 são presos pela GNR [Guarda Nacional Republicana]”.⁶ Em resposta à repressão, o estaleiro paralisa na totalidade. Novamente a repressão é brutal e pensa-se que há mortos e alguns líderes enviados para o Tarrafal em resposta a esta paralisação, mas estes relatos não foram confirmados.

De novo, em 1947, os trabalhadores dos estaleiros navais da CUF e da Parry & Son entram em greve, recusando-se a reparar

⁶ MADEIRA, J. O arsenal e os movimentos populares e operários nos séculos XIX e XX, *Arquivos da Memória*, n.º 3, Outono-Inverno de 1997, p. 67-83.

o navio *Lourenço Marques* (nome da capital de Moçambique, colônia portuguesa), que ia transportar contingentes de soldados para Angola. Em abril de 1947, em solidariedade, a célula do PCP vai dirigir a recusa dos Estaleiros da Rocha em reparar o mesmo navio.

Em consequência, a Administração chamou a PIDE, a polícia política do regime, o que radicalizou a situação, entrelaçando-a com a greve da construção naval então em curso nas docas do Tejo, com os arsenalistas a barricarem-se nas oficinas e nos telhados de alguns edifícios, situação que só se resolveria com a saída da polícia de dentro do estaleiro.⁷

Um longo interregno, ocasionado pela relativa prosperidade da burguesia apoiante do Estado Novo, pelo apoio internacional ao regime de Salazar no quadro da guerra fria e pelo fracasso das políticas frentistas de oposição ao regime do Estado Novo, apoiadas pelos comunistas — os únicos, porém, que resistem efetivamente na clandestinidade durante toda a ditadura — vai traduzir-se numa pesada derrota para o movimento operário e popular no final da década de 1940, da qual só irá erguer-se no final dos anos 1960. Os Estaleiros da Rocha viverão assim quase 15 anos de relativa paz social, com escassos episódios de confrontação entre os trabalhadores e a administração.

É durante os anos 60 que é constituída formalmente a Lisnave, que se torna, no espaço de apenas uma década, uma das maiores empresas de reparação naval do mundo, inaugurando um período de pujança industrial cujo ocaso ocorrerá na crise de 1981-1984.

Durante a década de 1960 e início da década de 1970 do século XX há alterações econômicas mundiais que modificam a estrutura de classes das sociedades da Europa do Sul, e este fator será determinante na revolução portuguesa. Para contrariar a baixa tendencial da taxa de lucro, acelera-se o movimento de exploração intensiva do trabalho em escala mundial. A industrialização dos países periféricos e semiperiféricos sofre um

⁷ Id.

grande impulso, com o conseqüente crescimento da classe operária industrial e do setor terciário e a diminuição do campesinato, num processo de crescente urbanização e desruralização.⁸ Com a intensificação da industrialização, as cidades aumentam, desordenadamente e com muitos bairros de lata⁹, onde se albergam os que partiram dos campos. Estas alterações vão originar paulatinamente uma grande concentração da classe operária portuguesa nas duas margens do rio Tejo, junto a Lisboa, e no distrito de Setúbal. O país muda. A população ativa rural passa de 44% em 1960 para 28% em 1973, ao mesmo tempo em que a população ativa industrial passa de 29% para 36%¹⁰. Segundo Eloy Clemente, a participação da indústria no PIB português passa de 37% em 1960 para 51% em 1973, especialmente no setor manufatureiro (que triplica o seu valor adicionado, sobretudo no setor mais dinâmico que é o da metalurgia) e na construção.¹¹ Em 1970, três quartos da população ativa é assalariada. Mais de 2/3 dos trabalhadores da indústria (67,4%) concentravam-se em unidades fabris com mais de 20 pessoas. Santos, Lima e Ferreira¹² afirmam que entre 1950 e 1970 houve um alargamento da classe operária de 768.000 para 1.020.000, isto num quadro de verdadeira sangria de mão-de-obra com destino aos países mais ricos da Europa Ocidental (1 milhão e meio de pessoas abandonaram o país entre 1950 e 1970). É também na década de 1960 que as mulheres “acedem, maciçamente, ao trabalho industrial, agrícola e dos serviços”.¹³ Há uma mudança geracional face ao período do pós-guerra: uma classe operária jovem, que se torna adulta já

⁸ BARRETO, A. Mudança Social em Portugal: 1960-2000. In PINTO, Costa. *Portugal contemporâneo*. Lisboa: D. Quixote, 2005; SANTOS, M. de L., LIMA, M. P. de, FERREIRA, V. M. *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*. Porto: Afrontamento, 1976, 3 volumes.

⁹ *Bairros de lata*, em Portugal, são o equivalente a *favelas*, no Brasil.

¹⁰ CLEMENTE, E. F. Problemas y ritmos de la modernización económica peninsular en el siglo XX. In GÓMEZ, H. de la T. (ed), *Portugal Y España contemporáneos*, Ayer, Madrid: Marcial Pons 2000, p. 203.

¹¹ *Ibid.*, p. 203-204.

¹² SANTOS, M. de L., LIMA, M. P. de, FERREIRA, V. M. *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*. Porto: Afrontamento, 1976, 3 volumes.

¹³ BARRETO, A., PRETO, C. V. *Portugal 1960/1995: indicadores sociais*. Mirandela: Público, 1996, p. 17.

na cidade, que trabalha mais e com nova organização do trabalho e racionalização do processo produtivo. É esta classe operária que vai erguer, trabalhar, construir a Lisnave.

A Lisnave, majoritariamente de capitais portugueses, mas também holandeses e suecos, foi oficialmente constituída a 11 de setembro de 1961, tendo como presidente do Conselho de Administração José Manuel de Mello, neto de Alfredo da Silva.

Entre 1963 e 1967 as encomendas à Lisnave são sobretudo de ordem militar, no quadro dos compromissos do regime português com a NATO [OTAN]. A empresa ganha acrescida importância também pela guerra colonial, que tinha começado em 1961, opondo os povos de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau ao Estado português. Os imperativos da guerra impunham porém um quadro de resposta eficiente e rápido em matéria de construção, que a Lisnave dos Estaleiros da Rocha não tinha capacidade para dar. Nesta altura, quatro corvetas são recusadas pela Marinha Portuguesa à Lisnave e concedidas a Bazán-Ferrol, na Galiza, o estaleiro militar mais importante de Espanha, que Franco visitou quatro vezes enquanto Chefe de Estado. A Lisnave especializa-se cada vez mais na reparação naval e menos na construção.

O crescimento das encomendas e as perspectivas de desenvolvimento da indústria de reparação naval levaram à construção de um novo estaleiro da Lisnave. Em 1967, a 23 de junho, o presidente da República, Américo Tomás, inaugura na Margueira, na margem sul do Tejo, os novos estaleiros navais, pensados para navios de grande porte, e batizados de Lisnave, Estaleiros Navais de Lisboa. A inauguração dá-se com a entrada do navio *Índia* para a doca 11, uma das maiores do mundo, com capacidade para navios de 300.000 toneladas. Nesse mesmo dia, José Manuel de Mello é condecorado com a Grã-Cruz do Mérito Industrial. Na inauguração estão presentes representantes das grandes companhias petrolíferas e de armação de navios do mundo: Esso, Shell, Onassis, Norveigin Shipping.

Nesse mesmo ano é fechado o canal do Suez. O fato era antevisto pelos países ocidentais, uma vez que a situação no Oriente Médio era extremamente tensa: a nacionalização do canal do Suez por Gamal Abdel Nasser, nos anos 1950, colocava a zona numa área de risco para os interesses econômicos dos países centrais; permanecia a política de não reconhecimento pelos Estados árabes ao Estado de Israel; a OLP (Organização de

Libertação da Palestina) é fundada em 1964. Para além das razões de ordem geoestratégica, o canal revelava-se agora demasiado estreito para os novos superpetroleiros. A conjugação destes fatores vai levar cada vez mais à marginalização da rota do Mediterrâneo. É assim, com a concorrência dos estaleiros da bacia do Mediterrâneo enfraquecida e a recentralização do tráfego de navios de grande tonelagem no Atlântico, que a Lisnave aumenta exponencialmente o volume de reparações. Em 1966 as encomendas de navios eram na ordem de 31,1 milhões de toneladas; em 1967 o número sobe para 33,4; em 1968 para 43,5; e em 1969 para 50,3 milhões.¹⁴

Este crescimento extraordinário da Lisnave, o próprio aumento da classe trabalhadora portuguesa na cintura industrial de Lisboa e os ventos revolucionários que sopram da Europa Central e Ocidental vão levar a administração a procurar criar mecanismos de enquadramento e controle político da força de trabalho. Em 1967 é criada uma Comissão Interna da Empresa (CIE), através da qual os trabalhadores deviam se dirigir à Administração para dar sugestões e contribuir de um modo geral para o progresso da empresa. Inicialmente não tem qualquer eco. A administração interpreta o fato como resultado do atraso da classe trabalhadora portuguesa. Porém, testemunhos e entrevistas recolhidos posteriormente dão conta de outra realidade. Os trabalhadores desconfiavam da CIE, que reproduzia o esquema fracassado dos sindicatos verticais criados pelo Estado Novo. Fracassado, porque estes nunca conseguiram ter a adesão massiva dos trabalhadores, que não confiavam nestas estruturas, como nos recorda o trabalho de José Valente sobre o movimento sindical português neste período.¹⁵ Por outro lado, havia a suspeita de que as informações dessa comissão iam de alguma forma chegar à PIDE/DGS, a polícia política, o que rapidamente se revelará verdadeiro quando eclode a greve de 1969. Em entrevista, um operário da Lisnave conta como resolveram na sua secção eleger

¹⁴ FARIA, M. F. de, LISNAVE. *Contributos para a história da indústria naval em Portugal*. Lisboa: Edições Inapa, 2001.

¹⁵ VALENTE, J. O Movimento operário e sindical (1970-1976): entre o Corporativismo e a Unicidade. In BRITO, J.M. Brandão, *O País em Revolução*, Lisboa: Editorial Notícias, 2001, p. 209-251.

como representante dos trabalhadores à CIE um trabalhador surdo-mudo, querendo desta forma mostrar o desprezo que tinham por esta estrutura, que consideravam incapaz de ouvir os trabalhadores, mas também incapaz de transmitir qualquer coisa que os trabalhadores tivessem interesse em escutar.¹⁶

Nos dias 12 e 13 de novembro de 1969, em plena crise econômica e no meio do sobressalto político que varreu a Europa no biénio 1968-1969 e que teve importantes repercussões em Portugal, uma vez que 1969 é o ano de maior número de greves desde a II Guerra Mundial¹⁷, há uma greve, nos estaleiros da Lisnave da Margueira (margem sul do rio Tejo) e da Rocha (margem norte do rio Tejo), cujo desenrolar vai ser determinante também no período revolucionário. As razões da greve ainda hoje se mantêm controversas. Na perspectiva do Partido Comunista Português, a única estrutura com uma organização coesa e ainda na clandestinidade, o protesto enquadrava-se dentro das relações laborais da empresa, nomeadamente razões salariais, uma vez que, apesar de superiores à média nacional, estavam abaixo dos salários europeus. O PCP reivindica que militantes seus tivessem organizado a greve, mas rejeita a ideia de uma greve com reivindicações políticas. Nas fontes analisadas por Paulo Oliveira e Paulo Fernandes¹⁸, porém, a própria greve é originada por motivos de ordem política, uma vez que das reivindicações fazia parte o fim da guerra colonial, a saída de Portugal da OTAN e a abertura comercial aos países do Leste.

A resposta à greve vai ser de repressão brutal aos dirigentes e aceitação de algumas reivindicações aos restantes operários. A Administração envia a polícia de choque para reprimir os operários e impede-os de entrar nos estaleiros, para

¹⁶ Fernando Figueira [trabalhador da Lisnave Margueira]: entrevista à autora, jan. 2009.

¹⁷ Em 1968 registam-se 15 greves em Portugal e em 1969, 100 greves. Os setores de atividade onde havia greves foram a metalurgia, manufatura e transportes. Para um desenvolvimento deste tema ver PATRIARCA, F. Greves. In BARRETO, A. (coord.) *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 1999, Vol. VIII.

¹⁸ OLIVEIRA, P. FERNANDES, P. A Lisnave no início da década de 70. In: FARIA, M. F. de LISNAVE. *Contributos para a história da indústria naval em Portugal*. Lisboa: Edições Inapa, 2001, p. 181-225.

mais tarde serem readmitidos, na entrada do estaleiro, um a um, e despedidos os dirigentes da greve. Poucos meses depois, a Administração sobe os salários dos trabalhadores dos estaleiros. A situação de conflitualidade retrocede, mas o mal-estar criado com a repressão da greve de 1969 vai explodir quando a crise política que leva à queda da ditadura abre uma janela de oportunidade para os operários da Lisnave.

Em 1969 a administração da Lisnave decide fazer a doca n.º 13, com capacidade para receber navios até 1 milhão de toneladas de porte bruto. Passa a ser a maior doca seca do mundo. No final do ano de 1969 passavam pela Lisnave 21% dos petroleiros acima de 70.000 toneladas de todo o mundo. O número de trabalhadores cresce permanentemente, como se pode ver no Quadro 1, até a Lisnave se tornar a maior concentração operária em Portugal.

QUADRO 1. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE TRABALHADORES DA LISNAVE (1967-1977)

Ano	Número de trabalhadores
1967	4.719
1968	4.552
1969	4.522
1970	4.948
1971	6.491
1972	7.101
1973	7.715
1974	sem dados
1975	sem dados
1976	sem dados
1977	9.700

Fonte: FARIA (2001)

Um novo estaleiro será ainda inaugurado em 1973, na Mitrena, em Setúbal — Setenave, Estaleiros Navais de Setúbal —, inicialmente vocacionado sobretudo para a construção naval e tendo o Estado como principal acionista. Este começa a laborar nas vésperas do 25 de abril de 1974. Tem como principais acionistas a CUF, a própria Lisnave, o Banco de Fomento e a Caixa Geral de Depósitos.

OS OPERÁRIOS DA LISNAVE NA REVOLUÇÃO DOS CRAVOS (1974-1975)

No dia 25 de abril de 1974 um golpe levado a cabo pelo Movimento das Forças Armadas (MFA) põe fim à ditadura portuguesa. De imediato, e contra o apelo dos militares que dirigiram o golpe — que insistiam pela rádio para as pessoas ficarem em casa —, milhares de pessoas saíram de suas casas, e foi com as pessoas à porta, a gritar “morte ao fascismo”, que no Quartel do Carmo, em Lisboa, o governo foi cercado; as portas das prisões de Caxias e Peniche abriram-se para saírem todos os presos políticos; a PIDE foi desmantelada, a sede do jornal do regime *A Época* atacada e a censura abolida.

Entre maio e junho de 1974, mais de 2 milhões de trabalhadores, quase metade da população ativa do país, participam em greves, ocupações de empresas e manifestações. Logo a seguir ao 25 de abril de 1974, acompanhando a mobilização geral, os trabalhadores da Lisnave organizam-se para exigir melhores condições de trabalho e, sobretudo, o saneamento¹⁹ da administração, que acusavam de repressão à greve de 1969. Uma figura em particular, o administrador-delegado Eng.º Perestrello, era acusado pelos trabalhadores de ter divulgado, em 1969, uma lista com 24 nomes de grevistas à polícia política, a PIDE-DGS.

A primeira greve da Lisnave tem lugar em maio de 1974. A pauta reivindicativa extravasa tudo o que até aí tinha sido proposto. Os trabalhadores exigem: salário mínimo de 7.000 escudos, com prémios de produção (o governo irá aprovar um salário mínimo de menos de metade, mas não o conseguirá impor aos metalúrgicos); coparticipação nos lucros, “equitativamente para todos os trabalhadores”; indiscriminação de vencimentos nas admissões imediatas; 40 horas semanais com sábado livre; extinção do turno da 1:00 às 8:00 por se verificar ser neste que ocorre o maior número de acidentes; direito a férias com um mês e meio de subsídio; aposentadoria aos 55 anos;

¹⁹ “Saneamento” foi uma palavra que nasceu na gíria popular, no início da revolução, para classificar os processos de destituição de dirigentes ligados ao Estado Novo de cargos de responsabilidade política, bem como de empresários e patrões das empresas ocupadas.

medicamentação completa e gratuita e subsídio extra de doença; direito de reunião dos trabalhadores na empresa em horário de trabalho. A pauta terminava fazendo alusão à greve de 1969. Assim, os trabalhadores exigiam a “destituição imediata do administrador-delegado, engenheiro Perestrello, do diretor de serviço de pessoal, Dr. Varela, do chefe do serviço de pessoal, Carvalho (...) no prosseguimento de um processo de saneamento dos fascistas que se mostraram mais repressivos em relação aos trabalhadores”. Finalmente, os trabalhadores da Lisnave exigiam a “readmissão imediata de todos os camaradas despedidos quando da última greve, com direito a todas as regalias sociais a partir do momento dos despedimentos”.²⁰ Tratava-se de fazer justiça com os trabalhadores perseguidos no passado.

A luta, que começa em maio, arrasta-se e radicaliza-se pelo verão de 1974. A administração tende a ceder em algumas das reivindicações (subsídio de doença, 13.º salário, férias, faz uma contraproposta de aumentos salariais²¹), mas recusa-se a demitir o Eng.º Perestrello. A tensão social agudiza-se na Lisnave, acompanhando um pico de greves ao nível nacional que se dá entre os dias finais de agosto e o mês de setembro de 1974.

No dia 7 de setembro um plenário na Lisnave com 2000 trabalhadores ratifica a decisão de convocar uma manifestação que levava os metalúrgicos da Lisnave para o centro da cidade de Lisboa, até ao Ministério do Trabalho, na Praça de Londres. Os trabalhadores da Lisnave exigem o saneamento da administração, recusam a lei da greve (que chamam nos comunicados de “lei anti-greve”) e pedem a adesão de outros trabalhadores de empresas em luta como os Correios (CTT) e os Transportes Aéreos (TAP).

O conflito na Lisnave tem um impacto nacional porque era já neste momento a maior concentração operária nacional, uma empresa chave economicamente, situada no meio de um bastião operário, na margem sul do Tejo, uma zona em grande medida dirigida pelo Partido Comunista Português (PCP). Desde maio de 1974 que setores da burguesia portuguesa, sobretudo os

²⁰ Lisnave. In SANTOS, M. de L., LIMA, M. P. de, FERREIRA, V. M. *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*. Porto: Afrontamento, 1976, vol. 2, p. 45-46.

²¹ *Ibid.*, p. 55-58.

mais europeístas, em negociação com os comunistas, coadjuvada internacionalmente pela política de “coexistência pacífica”²², tinham tomado a iniciativa de compor governos de frente popular (PCP, socialdemocratas do PS, Partido Socialista, liberais do PPD, Partido Popular Democrático, e representantes do Movimento das Forças Armadas) para travar a conflitualidade social. Estávamos já, porém, no II Governo Provisório, em setembro de 1974, porque o anterior tinha caído em julho, como resultado da pressão social na metrópole pela independência imediata das colônias. Em agosto, no intuito de travar as greves, o II Governo Provisório (PS, PCP, PPD e MFA) faz aprovar a lei de greve, que entra em vigor a 27 de agosto de 1974, uma lei logo considerada pelos setores mais à esquerda de “anti-operária”.

A lei prevê que: 1) Os contratos coletivos não podem ser renegociados antes do fim do prazo, o que significava, num quadro de inflação de dois dígitos, que os salários eram rapidamente engolidos por esta; 2) Proíbe a greve às forças militares e militarizadas, aos bombeiros, às forças policiais e aos magistrados judiciais; 3) Proíbe a “cessação isolada de trabalho por parte do pessoal colocado em setores estratégicos da empresa, com o fim de desorganizar o processo produtivo” e proíbe a ocupação dos locais de trabalho durante a greve; 4) No seu artigo 6.º proíbe a greve política e de solidariedade “que não interesse à mesma profissão”; 5) Prevê, numa altura em que a maioria dos conflitos laborais eram dirigidos pelas comissões de trabalhadores, que a greve é decidida pelas comissões sindicais e, quando não existem, pode ser decidida pelas assembleias de trabalhadores desde que tais decisões sejam submetidas a um escrutínio, tenham mais de 50% dos votos e no escrutínio esteja presente um representante do Ministério do Trabalho; 6) Assegura à entidade patronal o direito de *lock-out*.

²² Foreign Office, Central Department and Foreign and Commonwealth Office, Southern European Department: Registered Files (C and WS Series) FCO 9/2072 Visit by Dr Mario Soares, Portuguese Minister of Foreign Affairs to London and other European capitals, 1-6 May 1974 . Visit by Dr Mario Soares, Portuguese Minister of Foreign Affairs to London and other European capitals, 1-6 May 1974 Foreign Office, Date: 1974. Source: The Catalogue of The National Archives.

Como afirma Miguel Pérez no seu estudo sobre as comissões de trabalhadores, a lei da greve tinha “alvos claros: não são permitidas as greves de solidariedade nem as ocupações, e qualquer paralisação deve ser precedida por um período de negociações de 30 dias, estabelecendo-se que são os sindicatos os órgãos competentes para a desencadear”.²³ Philippe Schmitter fala de uma “séria restrição do direito à greve”.²⁴

O PCP distribui a 11 de setembro um comunicado onde contesta a decisão da manifestação e alega que os trabalhadores da Lisnave não agiram livremente, foram levados a posições irrefletidas por “grupos”²⁵ (referia-se aos grupos de extrema-esquerda, sobretudo maoístas) e opõe-se à manifestação por considerar que ela constitui uma “manifestação de hostilidade ao Governo e de desrespeito à ordem democrática”.²⁶ Acima de tudo, o que incomodava o PCP era o carácter antigoverno da manifestação, que punha em causa a política do partido, nomeadamente a lei de greve.

Nas investigações que fez sobre a manifestação, a historiadora Fátima Patriarca concluiu que o comunicado não é bem visto na Margueira e que os trabalhadores do PCP, mesmo os que não foram favoráveis à manifestação, não se posicionam contra ela²⁷ e participam mesmo na manifestação. A investigadora cita ainda testemunhos de operários que rasgam o comunicado do PCP quando o recebem.²⁸

O governo, através do Ministério da Administração Interna, torna ilegal a manifestação nesse mesmo dia 11,

²³ PÉREZ, M. *Contra a exploração capitalista. Comissões de trabalhadores e luta operária na revolução portuguesa (1974-75)*, Dissertação (Mestrado em História dos Séculos XIX e XX) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, ago. 2008, p. 104.

²⁴ SCHMITTER, P. *Portugal: do autoritarismo à democracia*. Lisboa: ICS, 1999, p. 218.

²⁵ PCP. Aos Trabalhadores da Lisnave, Comunicado da Célula do PCP da Lisnave, 11 set. 1974. In Santos, M. de. *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*. Porto: Afrontamento, 1977, p. 108-109.

²⁶ *Ibid.*, p. 108.

²⁷ PATRIARCA, M. de F. Operários portugueses na revolução: a manifestação dos operários da Lisnave de 12 de Setembro de 1974. In *Análise Social*. Lisboa: ICS, Vol XIV, 1978-4, p. 702.

²⁸ *Id.*

temendo o alastramento da luta a outras empresas. Pela manhã de dia 12, uma delegação do MFA vai à Margueira para convencer os operários a adiarem a manifestação para um sábado. Em vão. Como lembra Fátima Patriarca, os operários tinham evoluído de uma posição dialogante para uma posição de força, em que as reivindicações não eram discutidas: a manifestação iria ter lugar e seria um ato de força contra o poder. No dia 12, os operários, reunidos no interior do estaleiro, ratificam, apenas com 25 votos contra, a manifestação. Lá fora, as forças do COPCON (unidade militar do MFA) cercam o estaleiro, com grande aparato militar.

Contra o PCP, o governo, a lei “antigreve”, mas também contra o COPCON — o oficial destacado para ir ao interior do estaleiro é vaiado pelos trabalhadores; contra o imponente aparato militar de uma tropa de elite, os fuzileiros, a manifestação sai às 17:20 (estava prevista para as 15 horas) e cumpre o trajeto. Em entrevista ao jornal *Revolução*, citado por Fátima Patriarca, um operário conta como o aparato repressivo do governo é incapaz de atuar:

Às 5 e 20 da tarde partimos em manifestação e a meio do estaleiro deparámos com a companhia de fuzileiros e três chaimites, que nos barraram o caminho. Parámos aí e começámos a gritar: “Os soldados são filhos do povo” (...). Nesse momento houve fuzileiros que começaram a chorar e o comandante, perante isto, mandou abrir passagem.²⁹

Aberta a passagem, seguiram-se 6 horas de manifestação que incluem as principais avenidas de Lisboa, uma paragem para um minuto de silêncio em solidariedade ao Chile e uma paragem no Ministério do Trabalho.

O comunicado dos trabalhadores, distribuído à população, é um exemplo do transbordamento da revolução democrática em revolução socialista ou, nas palavras de Fátima Patriarca, “a luta pelo saneamento ultrapassa o seu carácter antifascista, para agora ser definida igualmente em termos

²⁹ Ibid., p. 722.

anticapitalistas”.³⁰ Vejamos excertos do comunicado dos operários da Lisnave à população, distribuído durante a manifestação:

Recordamos todos os comunicados da administração, autênticos monumentos de provocação à inteligência dos operários, disfarçados de “Justiça”, “Compreensão”, “Caos Económico”, “Economia Nacional”.

(...) Onde há iniciativa e luta organizada das classes oprimidas a reacção recua.

(...) Que não estamos com o Governo, quando promulga leis anti-operárias, restritivas à luta dos trabalhadores contra a exploração capitalista.

Que lutaremos activamente contra a “lei da greve” porque é um golpe profundo nas liberdades dos trabalhadores.

Que repudiamos o direito que os patrões têm de colocar na miséria milhares de trabalhadores porque a lei do *lock-out* é uma lei contra os operários e de protecção aos capitalistas.³¹

A manifestação tinha-se realizado. As posições dos trabalhadores da Lisnave aparecem nos jornais diários mas estes dão bastante mais destaque à posição do PCP e dos membros do Governo (o PS apela à contenção, mas afirma que se a manifestação é decidida pela maioria vai acatar a decisão).³² O *Diário de Lisboa*, afeto ao PCP, omite totalmente a manifestação.

O PCP, nas palavras de Miguel Pérez, “sofre um verdadeiro revés político: os trabalhadores de uma das maiores empresas do país, de forte composição operária e com tradições de luta, recusam a sua estratégia política e aplicam uma linha mais radical”.³³

³⁰ PATRIARCA, Maria de Fátima. Operários portugueses na revolução: a manifestação dos operários da Lisnave de 12 de Setembro de 1974. In *Análise Social*. Lisboa: ICS, Vol XIV, 1978-4, p. 709.

³¹ DOS OPERÁRIOS da Lisnave à População. Comunicado dos Trabalhadores da Lisnave de 11 de Setembro de 1974. In Santos, M. de. *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*. Porto: Afrontamento, 1977, p. 110-112.

³² *Ibid.*, p. 109-110.

³³ PÉREZ, M. *Contra a exploração capitalista. comissões de trabalhadores e luta operária na revolução portuguesa (1974-75)*, Dissertação (Mestrado em História dos Séculos XIX e XX) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, ago. 2008, p. 104.

Duas semanas depois, no dia 28 de setembro de 1974, um golpe de direita falhado, liderado pelo general António de Spínola, vai abrir portas à radicalização do processo revolucionário e alterar a relação de forças a favor dos trabalhadores. Neste contexto, a administração da Lisnave é obrigada a recuar e a 7 de outubro de 1974 o administrador-delegado, Eng.º Perestrello, apresenta a sua demissão.

Até ao fim do processo revolucionário, os trabalhadores da Lisnave manterão uma posição de força, alcançando praticamente todas as reivindicações — o que os colocava em termos de condições de trabalho e salariais acima da média nacional — e o governo tudo fará para impedir o alastramento de conflitos nesta empresa. É expressivo que os encargos sociais da empresa tenham passado de 910.000 milhões de escudos em 1971 para 1.518.700 em 1975 e para 2.109.500 em 1976³⁴, o que representava não só um aumento absoluto do número de trabalhadores mas a franca extensão das regalias sociais, bem como a entrada nos quadros da empresa de um largo número de trabalhadores em situação de precariedade.³⁵

LISNAVE: A CRISE DE 1981-84 E O PACTO SOCIAL

Nos anos seguintes, a partir do final de 1975 e início de 1976, em resultado de um complexo processo contrarrevolucionário que resultou numa dupla estabilização econômica e política do País, os conflitos na Lisnave recuam substancialmente. O período, apesar de ser aquele sobre o qual ainda restam muitas dúvidas, é, de acordo com o sociólogo Marinús Pires de Lima, marcado pela progressiva institucionalização e implantação dos sindicatos na empresa, por um lado, e por outro pela crescente influência da CGTP (Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses), muito influenciada pelo Partido Comunista Português, por oposição às

³⁴ OLIVEIRA, P. FERNANDES, P. A Lisnave no início da década de 70. In: FARIA, M. F. de. LISNAVE. *Contributos para a história da indústria naval em Portugal*. Lisboa: Edições Inapa, 2001, p. 255.

³⁵ *Ibid.*, p. 256.

comissões de trabalhadores, que funcionavam como conselhos de fábrica, que dominaram o período revolucionário. Lima caracteriza que na fase revolucionária predomina a ação direta, a ruptura, a iniciativa dos trabalhadores e a democracia de base, e na fase pós 1975 passa-se progressivamente a um período em que a CGTP se torna mais hegemônica, predomina a negociação, “as reivindicações são enquadradas no estudo dos problemas econômicos e financeiros das empresas, em ligação com a política global do Estado”.³⁶ Progressivamente, vão sendo criados organismos de concertação social, como o Centro de Coordenação da Indústria Naval, no âmbito do Ministério da Indústria e Tecnologia, em que participava a comissão coordenadora das comissões de trabalhadores das indústrias navais.

Depois da crise econômica mundial e do choque petrolífero, em 1973, há um novo período de expansão do capital, a partir de 1975-1976, em que aumentam as encomendas e o número de operários cresce — alcançando o maior número de sempre em 1979. Porém, a situação muda radicalmente com a crise do início da década de 1980. Em 1980 a taxa de crescimento do PIB é de 4,81%, em 1981 é de 1,26%, em 1984 é de -1,82%. Esta crise econômica, de alcance mundial, vai ter como resultado a expansão extraordinária do processo de deslocalização de empresas para países com mão-de-obra mais barata, nomeadamente para a Ásia. A pressão para a deslocalização e a reestruturação da empresa vem do grupo Mello, e da própria Comunidade Económica Europeia (CEE), que através da Associação de Estaleiros Navais da Europa Ocidental impõe a redução drástica do volume de reparação e construção naval na Europa; a isto junta-se a flexibilização das leis laborais imposta pela própria adesão do País à CEE (leis 201/83), as quais estavam associadas ao empréstimo do FMI (Fundo Monetário Internacional), que intervém no país na altura.

Neste contexto complexo desenvolve-se um conflito na empresa que vai durar anos, sendo o período mais crítico os anos entre 1982 e 1986. Desta feita, trata-se de um conflito de características defensivas, que visa em primeiro lugar a

³⁶ LIMA, M. P. de. Transformações das relações de trabalho e acção operária nas indústrias navais (1974-1984). In *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 18-19-20, fev. 1986, p. 541.

conservação dos postos de trabalho. Lima afirma que “na Lisnave, as estratégias de gestão social da mão-de-obra procuram responder às condições específicas da crise econômica: cerca de 2700 reformas antecipadas, tentativa de suspensão dos contratos de trabalho, propostas de mais de 2000 rescisões voluntárias de contrato de trabalho, despedimento coletivo de perto de 600 trabalhadores (...)”.³⁷ O golpe mais duro sobre estes operários vai ser a política de salários em atraso que a administração inicia para desmoralizar os trabalhadores. Fernando Figueira, operário da Lisnave nesta altura, conta-nos em entrevista “que havia casos de famílias que mandaram as crianças para casa dos avós por já não terem como sustentar a educação e mesmo a sobrevivência dos filhos”.³⁸

Os trabalhadores vão responder com diferentes ações e vai-se desenrolar neste período uma acirrada disputa sindical dentro da Lisnave, que opõe a tendência dirigida pela UDP (maoísta), que propugna a ação direta e a permanência do modelo basista de discussão e ação entre os trabalhadores, uma tendência liderada pela CGTP, próxima do PCP, que defendia o controle da discussão e da informação, para realizar negociações com a administração, e finalmente uma tendência da UGT (socialdemocrata) que progressivamente vai ganhando espaço, de acordo com Lima, porque os trabalhadores viam nesta tendência uma maior proximidade com o poder e por outro lado porque a militância real dos trabalhadores tende a diminuir neste período, acompanhando uma diminuição geral da mobilização dos trabalhadores no período pós-revolucionário.³⁹

Os trabalhadores da Lisnave ainda protagonizarão medidas radicais de luta como o sequestro de diretores e administradores (setembro e outubro de 1982), bloqueio de navios, medidas que terão como resposta a ocupação policial do estaleiro, em 1983. Lutava-se contra a redução dos postos de trabalho e pelo pagamento dos salários em atraso, mas a sua

³⁷ Ibid., p. 541.

³⁸ Fernando Figueira [trabalhador da Lisnave Margueira]: entrevista à autora, jan. 2009.

³⁹ LIMA, M. P. de. Transformações das relações de trabalho e acção operária nas indústrias navais (1974-1984). In *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 18-19-20, fev. 1986, p. 541.

capacidade de responder às medidas anticrise da administração tende a diminuir. Neste contexto, com grande surpresa face à anterior história de radicalidade da Lisnave, a UGT vai ganhar a maioria na comissão de trabalhadores em 1986, pela primeira vez na história da Lisnave. Longe, porém, de ter garantido a viabilidade da Lisnave, a reestruturação e finalmente o quase desaparecimento da empresa dão-se a partir desta data de forma irreversível.

Será sob a negociação da comissão de trabalhadores dirigida pela UGT que se assinará, em 1986, o único acordo de empresa celebrado em Portugal até então que previa uma cláusula de paz social. Em troca de a Administração regularizar os salários são assinados os “Contratos Sociais”, em que os trabalhadores se comprometiam a não fazer greves; renunciar às férias, em troca da construção de um superpetroleiro, construção que no fim acabou por ser cancelada. A seguir ao acordo são feitas de imediato 700 rescisões voluntárias com indenização. A partir desse ano não houve mais greves na Lisnave.

Em 1984, para responder ao surto grevista da década de 1980, surge o Conselho Permanente de Concertação Social (CPCS), um organismo tripartido onde estavam representados o governo, confederações patronais e sindicais, que visa arbitrar a luta de classes. A ideia era domesticar a força de trabalho, numa época de crise que tinha sido acompanhada de agudização das tensões sociais. O governo, que joga aqui um papel de duvidosa legalidade constitucional, aparece como força neutra, com sérios riscos de corporativização. Ao CPCS aderiu imediatamente à UGT, afeta aos socialdemocratas e liberais. A CGTP, afeta ao PCP, começa por considerar o Conselho uma entidade “proto-fascista”, mas vai recuar desta posição rapidamente e aderir a este em 1987⁴⁰. De acordo com o sociólogo Hermes Augusto Costa, a derrota dos operários da Lisnave, que se saldou no acordo de empresa, foi fundamental, do ponto de vista político, para instituir o Pacto Social em Portugal⁴¹ e levar a CGTP, depois da derrota da Lisnave, a aderir ao CPCS.

⁴⁰ STOLEROFF, A. O Padrão de relações industriais emergentes em Portugal: uma abordagem sistémica, *Organizações e Trabalho*, nº 2., 1990, p. 138.

⁴¹ COSTA, H. A. A construção do pacto social em Portugal. In *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 39, maio 1934, p. 133-134.

THE LISNAVE SHIPBUILDING WORKERS - FROM CONFLICT TO NEGOTIATION (1967-1987)

ABSTRACT

For almost three decades, workers of the Lisnave shipyards in Lisbon staged some of the major social conflicts in Portugal. Lisnave was between 1967 and 1984 the largest workers' concentration in Portugal (at its peak it had 9000 permanent employees) and a model in relations between private economic groups and the state. The company's fate was deeply intertwined with the global market — its growth came with the closing of the Suez Canal and its dismantling takes place with the relocation of the shipbuilding industry in Asian countries. Lisnave was a model of workers' organization with a strong impact in the whole society. It has staged one of the greatest conflicts of the revolution, in which 7000 workers marched through the streets of the capital against the popular front government. But it was also in these shipyards, during the great crisis of the early 80s, that the first agreement between workers and management that would help establish the Social Pact in Portugal was signed. In this paper we will try to historicize this process of organization and struggle of the Lisnave workers who got some of the most important victories and also some of the most significant defeats of the Portuguese labour movement in the last decades.

KEYWORDS

Shipbuilders. Lisnave. Social conflicts. Social pact.



Da esquerda para a direita: Botino; João Rojo; Edgard Leuenroth; Justino Salguero; Benedito Romano e Nicola Dalbenzio. Nossa Chácara, Congresso Nacional Anarquista [Itaim, SP, 1959].
(Acervo Família Leuenroth; Arquivo Edgard Leuenroth/UNICAMP, Campinas, São Paulo, foto reproduzida n. 17.)